

Promessa de mais dinheiro

Juliana Cézar Nunes

Da equipe do **Correio**

O governador Joaquim Roriz reservou o fim da manhã de ontem para um encontro com o ministro da Saúde, Bargas Negri. A visita tinha dois objetivos previamente definidos: primeiro, provar que o DF está sobrecarregado com pacientes de outros estados e, segundo, pedir mais dinheiro. Para conseguir os recursos, o governador foi acompanhado do ex-secretário de Saúde e candidato ao Senado, Jofran Frejat, e do atual secretário de Saúde, Aluísio Toscano. Na saída da reunião, Roriz garantiu: "Está resolvido o problema da Saúde no Distrito Federal. Nunca mais faltarão medicamentos, mesmo os de alto custo."

Segundo Roriz, o Ministério da Saúde realizará o pagamento das internações de quem mora em outros estados e se trata no DF. "Os gastos no atendimento dessas pessoas serão repassados. Teremos uma crise de apenas 30 dias porque ele — o ministro — tem as questões técnicas para cuidar", explicou o governador. Durante este intervalo, o secretário da Fazenda, Valdivino Oliveira, fica encarregado de reestudar o

orçamento e levantar cerca de R\$ 5 milhões para a compra de medicamentos nas próximas 24 horas. "Não definimos ainda o valor exato e nem como esse remanejamento será feito. Mas trabalharemos 24 horas com a equipe da Secretaria de Saúde para resolver o problema", diz Valdivino.

A assessoria do Ministério da Saúde não confirma a informação de que o governo federal passará a arcar com as despesas extras do DF. Sobre o resultado da reunião com o governador, oficialmente, o Ministério apenas admite que se comprometeu a aumentar o teto de recursos transferidos para o DF. O valor desse aumento ainda não foi definido. Atualmente, o governo federal arca com cerca de 60% dos R\$ 1,2 bilhão do Fundo de Saúde. O resto fica por conta do DF.

De acordo com o diretor de Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde, Rubens Iglésias, os moradores de fora do DF correspondem a cerca de 21% das internações e atendimentos — sem contar com os pacientes que mentem ao revelar o endereço. A demanda extra levou a secretaria a gastar, no ano passado, R\$ 36 milhões a mais. Apesar de alto, o valor é R\$ 4 milhões a menos do que o retira-

Jorge Cardoso



GOVERNADOR RORIZ FOI AO MINISTÉRIO DA SAÚDE ACOMPANHADO DO EX-SECRETÁRIO DA ÁREA JOFRAN FREJAT

do do Fundo de Saúde para a construção da terceira ponte. Para compensar a falta de verbas, em junho deste ano, o Ministério da Saúde repassou R\$ 15 milhões de recursos extras para o DF.

O dinheiro veio a pedido da própria Secretaria de Saúde, assustada com o gasto, já no meio

do ano, de 70% dos R\$ 147 milhões, retirados do Fundo de Saúde, para a compra de medicamentos e manutenção de aparelhos. Esse dinheiro é retirado do Fundo de Saúde, de onde saem R\$ 650 milhões para o pagamento de pessoal e R\$ 117,8 milhões para projetos de outras secretarias, como construção da terceira ponte do Lago Sul e distribuição de alimentos. Na segunda-feira, o juiz federal Francisco Codevila determinou o remanejamento desse dinheiro para o Fundo de Saúde. Mas a liminar foi cassada na terça-feira.

A busca por mais recursos pa-

ra a Saúde por parte do governador Joaquim Roriz coincide com uma série de denúncias e investigações no setor. Este mês, o Tribunal de Contas da União determinou uma auditoria para apurar possíveis desvios e indícios de superfaturamento na compra de remédios. O Tribunal de Contas do DF também começou uma investigação sobre as causas da falta de medicamentos em um dos principais setores do Hospital de Base: a cardiologia. A falta de infraestrutura levou a os médicos cancelarem as cirurgias cardíacas. As farmácias públicas da cidade também passam por dificuldades. Na de alto custo, ontem, nove medicamentos estavam em falta. Em novembro do ano passado, a farmácia contava com estoque insuficiente de 122 medicamentos essenciais. Em junho deste ano, esse número pulou para 265.

LIMINAR CASSADA

O desembargador federal Luiz Gonzaga Moreira suspendeu a liminar que obrigava o GDF a devolver R\$ 117,8 milhões do Fundo de Saúde, aplicados em projetos de outras secretarias. Entre eles, a construção da terceira ponte do Lago Sul. Na decisão, o juiz diz que a devolução não poderia ser feita em dez dias sem alterações no orçamento. Caso contrário, traria "transtornos administrativos". O juiz federal que concedeu a ação, Francisco Codevila, continua analisando o caso e deve tomar uma decisão final nos próximos dias.